

UMA "VIRADA MULTIMODAL" NOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO¹

A "Multimodal Turn" in Translation Studies²



LIBRAS

Ruan Sousa Diniz³
Teresa Dias Carneiro⁴

RESUMO

O presente artigo visa a apresentar fenômenos contemporâneos que, em interface com os Estudos da Tradução, indicam uma "Virada Multimodal" na disciplina. Por meio de uma revisão bibliográfica de textos dos Estudos da Tradução que versam sobre as diversas viradas e também por meio de uma análise documental, objetiva-se descrever e estruturar a virada em questão, com foco mais específico nas traduções para surdos, cegos e surdocegos. Ainda é objetivo deste trabalho propor reflexões sobre a promoção de

ABSTRACT

This paper aims to present a contemporary phenomena that, in the interface with Translation Studies, evidence a "Multimodal Turn" in the discipline. Through a bibliographic review of Translation Studies works that deal with the different turns and also through a documentary analysis, our objective is to describe and structure the turn in question, specifically focusing on the translation for the deaf, blind and deafblind. This paper also aims

¹ Acesse aqui para ler em Libras: <https://youtu.be/F-nEAltqwAg>

² Manifestamos nossos agradecimentos à professora Márcia do Amaral Peixoto Martins, do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, do Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGEL/PUC-Rio) por apresentar-nos a presente discussão e ter contribuído com sugestões e uma leitura crítica deste artigo.

³ Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC, Campinas, SP, Brasil.

⁴ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

oportunidades equânimes através das inúmeras faces da tradução de acesso à educação, cultura e informação. A apresentação deste artigo pode agregar valores capazes de reformular espaços cristalizados e demonstra um dos grandes papéis sociais da tradução, o de modificar estruturas e redefinir paradigmas. A abordagem metodológica é qualitativa, de natureza aplicada e de objetivo exploratório.

to propose reflections on the promotion of equal opportunities through the innumerable faces of translation for the access to education, culture and information. The publication of this paper may add value capable of reformulating crystallized spaces and demonstrates one of the great social roles of translation, which can change structures and redefine paradigms. The methodological approach of this paper is qualitative, applied and exploratory.

PALAVRAS-CHAVE

Virada Multimodal; Estudos da Tradução; Multimodalidade; Tradução e interpretação de línguas de sinais.

KEYWORDS

Interpretation team; Interpreter in the theater; Preparation in sign language interpretation.

Introdução

A tradução e a vida são fenômenos que nasceram juntos. Por meio de traduções orgânicas a vida é formada e por meio da vida a tradução é transformada. Bassnett (2002) traz um breve panorama da consolidação dos Estudos da Tradução como campo disciplinar. No final dos anos 1970, a tradução passou a ser vista com maior rigor e não mais como atividade secundária ou carente de teor científico, até sua consolidação na década de 1980. As distintas formas de representação da expressão humana têm contribuído para a circulação cada vez mais diversificada de traduções. Daí o ponto de partida para se pensar numa “Virada Multimodal”: os seres humanos são diversos, expressam-se de maneiras diversas e adquirem conhecimento de diversos modos.

De antemão, salienta-se que o termo “multimodalidade” é polissêmico e é sobre todos esses significados que esse artigo se

debruça, na tentativa de analisar os fenômenos que embasam uma nova virada nos Estudos da Tradução. A polissemia do termo será evidenciada a partir da explicação dos fenômenos e de como alguns teóricos e pesquisadores dos mais diversos campos a analisam. Tão logo, multimodalidade esbarra na concepção de língua quanto à produção e recepção, nas múltiplas semioses nas quais ocorrem interações humanas (direta ou indiretamente), nos tipos de tradução e interpretação, nas relações entre mídias, canais, entre outros.

Analisando as demandas contemporâneas de traduções para línguas de sinais e entre línguas de sinais, por meio de recursos extralinguísticos, com suporte de legendas e descrições, entre outros, é percebido que não só a tipologia da tradução é conceituada como intersemiótica, como também os espaços atuais nos quais as traduções se inserem são multissemióticos. Isto posto, a contemporaneidade exige adaptações multimodais, que atendam a toda diversidade funcional humana⁵.

O objetivo principal deste artigo é caracterizar uma possível “Virada Multimodal” nos Estudos da Tradução, a partir dos eventos que passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas nos últimos tempos. Como consequência, exploram-se as múltiplas dimensões do que se entende por língua e tradução e como isso tem refletido na noção do que é um texto escrito, do que é uma modalidade e como a tradução afeta a vida das pessoas, seja por entretenimento, ampliação de capital cultural e até mesmo subsistência.

É válido ressaltar que o termo “Estudos da Tradução” pode ser considerado polissêmico, pois abarca tanto a noção de um campo disciplinar, como também relações transversais e até mesmo estudos sobre tradução que não pertencem ao campo Estudos da Tradução (MUNDAY, 2016). Como este trabalho possui características interdisciplinares,

⁵ Considera-se o termo funcional não como oposto a disfuncional. A ideia do termo é justamente desconstruir a proposta hegemônica de um modelo norteador e padronizador. Nesse sentido, aquilo que se considera “disfuncional” é apenas mais uma das formas de manifestação da condição humana (PALACIOS e ROMAÑHACH, 2006).

ora encaixa-se em “estudos sobre tradução”, ora nos “Estudos da Tradução” propriamente ditos.

O texto estrutura-se daqui em diante com a explanação das perspectivas teóricas adotadas para seu desenvolvimento, juntamente com a descrição dos princípios metodológicos adotados. Em seguida, são feitas análises conceituais e aplicadas sobre os conceitos de acessibilidade, modalidade e direito linguístico. Antes de concluir, é apresentado um mapa esquemático inicial sobre como essa virada pode abarcar as diversas demandas sociais da contemporaneidade.

1. Perspectivas teóricas e princípios metodológicos

Para fundamentar a discussão aqui presente, foram revisitados alguns textos teóricos dos Estudos da Tradução, legislações, normativas e convenções internacionais assinadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Essa revisão justifica-se pela necessidade de inscrever síncrona e diacronicamente os fatos e abordagens apresentados ao longo do trabalho. Os documentos legais e os instrumentos internacionais de fomento e defesa da dignidade humana localizam politicamente o status linguístico das línguas gestuais-visuais⁶, o direito linguístico das comunidades minorizadas e o direito à acessibilidade de toda diversidade funcional humana.

Cada uma das abordagens da tradução propõe uma “virada” que possui um enfoque específico, que organiza o fazer tradutório e o pensamento sobre a tradução por meio de caminhos e peculiaridades. Sob esse princípio, Snell-Hornby (2006) traz uma discussão sobre a “**Virada Cultural**”, isto é, o momento da história em que o contexto cultural no qual e para qual a tradução se dispõe é tomado como norte na atividade tradutória. É válido ressaltar que a proposição de viradas nos

⁶ Ao longo desse trabalho será utilizado o termo “gestual-visual” em detrimento dos termos “visuoespacial, visual-espacial, línguas sinalizadas”, entre outros, por estar em concordância com Rodrigues (2018a, 2018b) e Ferreira (2019), por acreditar que este melhor representa a ideia sobre a modalidade das línguas de sinais.

Estudos da Tradução não objetiva estipular fronteiras estanques entre elas. As mudanças ocorrem num *cline* sequencial. Com isso, é evidente que qualquer atividade tradutória não é estritamente linguística, mas perpassa realidades culturais distintas, que regem escolhas e comportamentos na tradução.

Álvarez e Vidal (1996) sugerem uma **“Virada do Poder”** nos Estudos da Tradução. Os estudos descritivos reforçam a ideia de **tradução como ato político**. Fundamental é compreender o que vem a ser esse “político”. Sobretudo no contexto brasileiro o termo “político” é mais frequente em contextos eleitoral e partidário. Porém, essa é apenas uma das acepções do termo, a qual não é o enfoque desse trabalho. O político da tradução abarca território (consequentemente, culturas); relações interpessoais de ser e estar no mundo, bem como agir sobre ele, ser transformado e transformá-lo; manutenção, supressão e modelagem de ideologias; personificar-se e manter-se ator, sem precisar trocar de roupa enquanto está no palco. Por esse e tantos outros motivos, **tradução é poder**. Representar a cultura do outro é um ato de muita coragem.

Munday (2016) traz apontamentos sobre uma **“Virada Ideológica”** atravessada pelos Estudos de Gênero, Estudos Pós-coloniais, Estudos Feministas e outras ideologias que passam a ser o fio condutor da atividade tradutória. A liberdade do tradutor sempre é cerceada em muitas direções: por suas próprias ideologias, sentimentos de superioridade ou inferioridade em relação à língua de destino, pelas regras estilísticas e discursivas, por questões institucionais, entre outras. Wolf (2012) indica uma **“Virada Sociológica”**, na qual os pontos de pauta dão destaque às relações interpessoais e um olhar mais atento a quem traduz e não somente ao que é traduzido. Entram nesse escopo discussões sobre ética, identidade cultural e multilinguismo. Mesmo com todos os avanços tecnológicos, duvida-se que uma máquina, por mais aperfeiçoada que seja, venha a realizar essa tarefa tal como um ser humano. Máquinas traduzem dados, os tradutores traduzem relações humanas e culturas.

É inegável, contudo, que a tecnologia está hoje presente no trabalho diário dos tradutores, não só porque trabalham em um computador, mas devido ao desenvolvimento, nas últimas décadas, de *CAT Tools* (ferramentas de tradução assistidas por computador), memórias de trabalho, *corpora* paralelos, bancos de dados terminológicos e outras plataformas e ferramentas que fornecem suporte e infraestrutura para o trabalho do tradutor, bem como de novos tipos de texto fonte (hipertexto digital, por exemplo) e novas formas de traduzir, como a tradução voluntária por *crowdsourcing* ou outras iniciativas de tradução comunitária. O'Hagan (2013, p. 511) chega mesmo a propor uma **“Virada Tecnológica”** nos Estudos da Tradução, apesar de reconhecer uma lacuna e a falta de diálogo na pesquisa tecnológica para desenvolvimento de todo esse aparato tecnológico para tradutores e a teoria da tradução (2013, p. 508). Sua visão a respeito das possibilidades do foco na tecnologia no âmbito da pesquisa em tradução é otimista:

Um foco na tecnologia proporcionará uma direção louvável para os pesquisadores em tradução que buscam aprofundar seu entendimento da natureza da tarefa tradutória em ambientes tecnologizados dinâmicos. A disciplina oferece um amplo escopo de caminhos de pesquisa em caso de desdobramento de novos fenômenos tradutológicos devido a mudanças tecnológicas. (O'HAGAN, 2013, p. 514).⁷

É importante considerar, no entanto, que nem toda mudança é necessariamente uma virada. Uma mudança está muito mais para ajuste e, segundo Snell-Hornby (2010), pode estar relacionada a um refinamento teórico-metodológico, por exemplo. Já uma virada aponta para uma redefinição do *status quo* da área. Utilizando-se de uma linguagem conotativa, a autora compara a situação com um motorista que muda de rota. Martins (2020) aprofunda o conceito de virada a partir dos inúmeros contextos apresentados. Para a professora e pesquisadora,

⁷ No original, em inglês: “A focus on technology will provide a worthy direction for translation scholars who seek to deepen their understanding of the nature of the translation task in dynamic technologized environments. The discipline offers a wide scope of research avenues in the event of new translation phenomena unfolding due to technological changes.”

o conceito de virada é aberto, e, além de uma mudança de paradigma, também pode indicar:

(i) Uma aliança firmada com outra disciplina, aliança essa que se configura como caminho alternativo (i.e. nova opção) de reflexão e pesquisa sobre o objeto de estudo dos ET (...); (ii) A consideração de uma nova dimensão nas reflexões sobre o objeto, decorrente de fatores como distanciamento ou visão retrospectiva, nova preocupação da sociedade em geral etc. (...); (iii) A percepção de um papel relevante da tradução, ou de algum fator específico na prática tradutória. (...); (iv) Mudanças na forma como o objeto é estudado – ou ele próprio se transforma –, causadas por fatores extradisciplinares, como avanços tecnológicos, conjunturas (geo) políticas, econômicas etc. (...); (v) Mudanças na percepção do status de certo tipo de pesquisa, devido à superação de lacunas, a novas metodologias etc. (...). (MARTINS, 2020, p. 6).

Nessa conjuntura, este trabalho se propõe um preâmbulo de uma **“Virada Multimodal”** nos Estudos da Tradução. Pelas proposições de Martins (2020), fica exposto ao longo deste artigo que uma Virada Multimodal implica uma “mudança na percepção do status” do que é língua, escrita, registro, unidade de tradução e função da tradução para públicos específicos. E ainda, o “papel relevante da tradução”, como acontece em traduções intermodais⁸, se justifica diante de seu público-alvo, que necessita de tradução/interpretação para estudar, trabalhar, beneficiar-se de serviços públicos, entre outros, no próprio país. Por fim, uma “preocupação da sociedade em geral” se encontra presente no caso das pessoas com deficiência, de minorias linguísticas, refugiados, imigrantes e demais comunidades linguísticas minorizadas, assistidas por organismos públicos que respaldam seus direitos de acesso à informação e comunicação. Assim sendo, poder-se-ia pensar, mais do que em uma **“Virada Multimodal”**, em uma **“Virada da Acessibilidade”**, proposta com a qual não nos alinhamos.

A fim de refletir sobre o conceito de acessibilidade, foram analisadas as definições constantes na Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, chamada de Lei da Acessibilidade, e na Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão, que é o Estatuto da Pes-

⁸ Tradução intermodal é aquela que ocorre entre línguas de modalidades diferentes, como a Libras e o Português, por exemplo, conforme exposto em Segala e Quadros (2015) e Rodrigues (2018).

soa com Deficiência. As convenções internacionais analisadas foram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos e a Declaração de Salamanca. A legislação nacional mencionada acima ressalta a acessibilidade física, contudo a Lei nº. 13.146, no “Capítulo II – Do acesso à informação e à comunicação”, menciona também a acessibilidade linguística ao mencionar a obrigatoriedade do emprego de legendas ocultas, janelas de Libras e audiodescrição para os serviços de radiodifusão de sons e imagens (BRASIL, 2015). Quanto às diretivas internacionais, são pontuados esclarecimentos sobre acessibilidade, bem como questões acerca do direito linguístico, que veremos a seguir.

O Artigo 1º da Lei nº. 10.098 ressalta a acessibilidade física: “Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e nos espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação” (BRASIL, 2000). O item I do Artigo 2º da Lei nº.10.098 e o item I do Artigo 3º da Lei nº. 13.146 compartilham o mesmo conceito de acessibilidade:

(...) possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000, 2015).

Vê-se que, nesse conceito, é mencionada a acessibilidade linguística de forma apenas subjacente, na rubrica “informação e comunicação”. O foco das duas leis parece ser a acessibilidade em termos de mobilidade. Destaca-se em Silva-Reis e Milton (2019), a ideia de tradução como acessibilidade. Os autores afirmam que:

Nos séculos XX e XXI, em certa medida, isso está sendo feito com o ensino em áreas que não existiam ou foram marginalizadas nos séculos anteriores, como as línguas de sinais, a dublagem,

a localização, a legendagem, a audiodescrição, bem como o estudo e a propagação das línguas indígenas, o que tem contribuído para a adoção da tradução como inclusão, isto é, o paradigma tradução-inclusão. (SILVA-REIS; MILTON, 2019, p. 413).⁹

As diretivas internacionais mencionadas, de forma mais ou menos explícita, indicam que, dentro dos direitos humanos, estão os direitos linguísticos e os direitos à tradução, o que corrobora com o paradigma da tradução-inclusão exposto por Silva-Reis e Milton (2019), visto que por meio de diversas possibilidades antes marginalizadas, é possível incluir minorias linguísticas, étnicas, pessoas com deficiências, entre outros. Acessibilidade não é um termo mencionado, portanto o direito à língua e à tradução é desvinculado da ideia de acessibilidade. O item 1, do Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, reza:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, **língua**, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES unidas, 1948) (grifo nosso).

Daí depreende-se a concepção de direitos linguísticos como direitos humanos. Já a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos menciona explicitamente o direito à tradução como um direito linguístico em seu Artigo 11: “Todas as comunidades linguísticas têm direito a se beneficiar dos meios de tradução nos dois sentidos que garantam o exercício dos direitos constantes desta Declaração” (UNESCO, 1996).

Por fim, a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, que defende a escolarização inclusiva, em seu Artigo 19 implicitamente aponta para a necessidade de tradução/interpretação, ressaltando especificamente a necessidade da educação em línguas de sinais para crianças surdas:

A importância da língua de sinais como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão

⁹ Do original, em inglês: “To a certain extent this is being done with the teaching in areas which did not exist or which were marginalised in previous centuries such as sign language, dubbing, localisation, subtitling, audiodescription, and the study and propagation of Indian languages, and this helps to make the paradigm of translations in the 20th and 21st centuries that of translation-inclusion”.

deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua de sinais nacional. (UNESCO, 1994).

Como pudemos ver, nessas leis e diretrizes que serão ainda abordadas na próxima seção deste artigo, as línguas são mencionadas tanto como a capacidade de expressão do ser humano, quanto por seu registro, além constituir um direito humano. Contudo, é também preciso considerar as linguagens como modalidades não-linguísticas de expressão humana. A convergência desses elementos pode ser estudada por meio das discussões de Baldry e Thibault (2006), que defendem que a justaposição dessas semioses, formando um todo significativo, pode ser chamado de multimodalidade, o que passaremos a abordar em seguida neste artigo.

Agrega-se à presente discussão, a proposta de Rodrigues e Beer (2015) acerca do campo disciplinar emergente “ETILS” – Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais. Os autores salientam que “a tradução e a interpretação envolvendo línguas de sinais não se encontram num campo disciplinar à parte dos ET [Estudos da Tradução] ou dos EI [Estudos da Interpretação], mas, ao contrário, emergem desses campos e os compõem”. Isto posto, os ETILS têm evidenciado uma profusão de pesquisas que conversam com a multimodalidade em seus diversos contextos.

Destaca-se, nesse sentido, a problematização trazida por Nascimento (2011, 2014) sobre a interferência do gênero discursivo na prática de interpretação, bem como as implicações da modalidade (gestual-visual) da Libras para a formação de tradutores e intérpretes. De igual modo, Nascimento e Nogueira (2019) problematizam a tradução audiovisual no contexto das línguas de sinais, abarcando questões multimodais tanto no que tange à produção e recepção da língua, quanto à adequação a outros meios, como o televisivo.

Na mesma linha, Albres (2014, 2015) tem suscitado a reflexão acerca da tradução de materiais bilíngues e também de literatura, destacando as especificidades multimodais no que tange à estrutura de uma

língua gestual-visual, bem como ao processo intersemiótico de tradução e interpretação entre línguas de modalidade distintas, o caso do português e da Libras.

Entram também no rol de pesquisas que envolvem multimodalidade e os ETILS sobretudo questões mais específicas de traduções, as contribuições de Rodrigues (2018a, 2018b), que dizem respeito às especificidades e aos domínios de uma língua gestual-visual e suas implicações para o processo tradutório, apontando para a reformulação de nomenclaturas e a ampliação de competências para o tradutor, como a competência intermodal. Por fim, Ferreira (2019) discute questões relacionadas à interpretação intramodal nas línguas gestuais-visuais, isto é, entre línguas de sinais, como a ASL¹⁰ e a Libras.

Resta acrescentar que a abordagem metodológica é qualitativa, haja vista a dedicação exclusiva a dados textuais. Sua natureza é aplicada, pois parte das reflexões transversais aos Estudos da Tradução na contemporaneidade, que tanto possuem interesses teóricos quanto práticos. Devido às discussões presentes ainda serem recentes e não terem sido conjugadas em contextos de difusão mais amplos, bem como à necessidade de maior familiaridade com a temática exposta, o objetivo da pesquisa é exploratório. Os procedimentos adotados foram revisão bibliográfica e pesquisa documental.

2. Acessibilidades, multimodalidades e direitos linguísticos

Nas últimas décadas, tem havido uma crescente resposta por parte do poder público de vários países e, conseqüentemente, dos aparelhos sociais regulamentados pelos governos, em corresponder às demandas de grupos minorizados. Dentre esses grupos, estão as pessoas com deficiência, que, desde o momento em que passam a ser vistas como pessoas autônomas, suas funcionalidades são evidenciadas em detrimento do que a ideologia hegemônica considera como falta. Isso posto, o termo

¹⁰ *American Sign Language* – Língua de Sinais Americana.

“deficiência” passa a ser visto sob outras óticas não ligadas a condições clínicas, mas a fatores socioantropológicos que abarcam toda diversidade funcional humana.

Pensar em novas normas no contexto de tradução é extrapolar os limites do texto escrito compartilhado entre duas culturas usuárias de línguas diferentes. Nessa conjuntura, abarcam-se as diversas possibilidades multissemióticas nas quais o ser humano se insere. Ou seja, a noção de comunicação é continuamente expandida, ultrapassando os domínios das línguas vocais-auditivas¹¹, da linguagem verbal, da imagem como mera ilustração, dos canais biológicos de produção e recepção linguísticas e da arquitetura e *design* nos espaços físicos e virtuais. Desse modo, surgem nomenclaturas e conceitos para dar conta não de novas realidades, mas de realidades que sempre existiram e que foram minimizadas por séculos, em detrimento dos padrões sociais estabelecidos e/ou impostos.

Pelo menos no contexto brasileiro, o termo “acessibilidade” tem sido amplamente difundido, visto as recentes conquistas legais que impõem condições de acesso equânimes a todos os cidadãos. Para compreender os vários usos desse termo, são trazidas algumas reflexões a partir da revisão de documentos legais e convenções internacionais.

Na Declaração Internacional dos Direitos Humanos, promulgada em 10 de dezembro de 1948, é afirmada a incondicionalidade da dignidade humana e da igualdade de todos perante a lei no que tange a gozar de direitos. Com isso, a comunicação, seja qual for o órgão emissor e o canal de emissão, deve atender a todos os cidadãos, independentemente da sua condição física, linguística ou quaisquer outras situações.

¹¹ Optou-se pela nomenclatura “vocais-auditivas” no lugar de “línguas orais” para elucidar que as línguas gestuais-visuais também possuem registro oral e escrito, como qualquer língua natural. O termo “vocal-auditiva”, conforme pode ser apreciado nas publicações de Rodrigues (2018a, 2018b) e Ferreira (2019), aponta para a especificação da modalidade de língua no sentido de produção e percepção, em contraponto à terminologia “oral-auditiva”, na qual o termo “oral” pode sugerir que “oralidade” é exclusiva das “línguas vocais-auditivas”, o que não é muito apropriado, visto também ser possível expressar-se em língua de sinais de modo espontâneo e on-line, o que indica oralidade ou, conforme exposto em Quadros (2019), sinalidade.

No Brasil, quinze anos após a promulgação da Lei de Acessibilidade, Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, é instituída a Lei Brasileira de Inclusão (doravante, LBI), chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, por meio da Lei nº. 13.146, de 06 de julho de 2015. Diversas mudanças podem ser observadas nesses dois instrumentos, mas destacam-se duas para o momento: (i) a construção sintagmática envolvendo o termo “deficiência” e seus desdobramentos e (ii) o conceito de acessibilidade em si.

O sintagma trazido no primeiro documento é “pessoas portadoras de deficiência” (BRASIL, 2000). Essa expressão parece transpor a ideia de deficiência como algo opcional e não um fato. A construção [PORTADOR DE X_n], em que X é um nome, denota algo provisório, isto é, é possível deixar de portar ou começar a portar alguma coisa, como os itens [arma, direitos, livros, remédios, adornos, entre outros]. Desta forma, não caberia no *slot* X o item [deficiência], visto que a categoria semântica dessa construção não admite itens que não sejam objetos que possam ser manipulados ou atributos concedidos por terceiros.

Na legislação atual é empregado o termo “pessoa com deficiência”, que recupera a plenitude da condição humana. Trata-se antes de tudo de uma pessoa, digna de direitos e respaldada legalmente como cidadã, e que possui uma deficiência. Dentro dessa discussão é cabível a relativização do emprego de deficiência entre a pessoa e o meio.

A LBI traz em seu texto quase 50 vezes o radical “acess-”, referente a acesso(s), acessível(is) e acessibilidade. O conceito de “acessibilidade”, já destacado acima neste artigo, dentre inúmeros aspectos, aponta a informação e a comunicação como elementos que podem contribuir para a autonomia das pessoas com deficiência, isto é, por meio de componentes externos à natureza humana, aplicados às necessidades específicas de uma pessoa, é possível fazer acessibilidade. Essa compreensão permite entender, por exemplo, que as línguas gestuais-visuais não são recursos de acessibilidade, como se fossem uma substituição das línguas

vocais-auditivas como compensação à surdez. Pelo contrário, por meio das línguas gestuais-visuais, pessoas surdas que as utilizam podem circular com autonomia no lugar que desejarem. Logo, não é a Libras que faz um teatro, uma escola ou uma instituição de saúde ser acessível, mas a condição atitudinal de possibilitar um ambiente onde todos possam ser plenos, incluindo o oferecimento de tradução e/ou interpretação.

Diante dessa explanação, pode-se dizer que uma legenda, independentemente da língua utilizada, é um recurso de acessibilidade, não a língua em si; uma descrição, estática ou dinâmica, é um recurso de acessibilidade, não a língua na qual ela é feita. Inclusive, é possível fazer descrições utilizando línguas gestuais-visuais, principalmente para pessoas surdocegas, que se comunicam tanto por Libras-Tátil, quanto por português, nas suas diversas possibilidades, como Tadoma, Sistema Lorm, Sistema Malossi, Escrita na Palma da Mão, entre outros.

Por isso, afirma-se que a Libras e quaisquer outras línguas gestuais-visuais não são recursos de acessibilidade, tampouco o profissional que permite as transposições linguísticas entre a Libras e uma outra língua, como o português, no caso, o tradutor e/ou intérprete de Libras e Língua Portuguesa. É agressivo inserir num rol de objetos um ser humano. Da mesma forma que um audiodescritor não é um recurso de acessibilidade, um tradutor e um intérprete também não o é. Por meio deles, é possível promover acessibilidade, seja por meio da audiodescrição, da tradução ou da interpretação.

Acessibilidade não é uma concessão filantrópica, mas um direito. De igual modo, uma comunidade linguística ter acesso pleno a toda e qualquer informação veiculada em sua língua materna também é um direito, assistido pelo menos por duas convenções internacionais, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos e a Declaração de Salamanca, como apresentado.

A tradução entre línguas de modalidades diferentes é definida em Quadros e Segala (2015) como tradução intermodal. Os autores

defendem que “a tradução intermodal trata de aspectos visuais e operacionais implicados na tradução para Libras em forma de vídeo e aspectos linguísticos essencialmente visuais-espaciais que envolvem o uso do espaço em línguas de modalidade visual-espacial, ou seja, línguas de sinais” (QUADROS; SEGALA, 2015, p. 355). Além dessa concepção sobre modalidade de expressão linguística, pode-se também atribuir o termo “modalidade” à forma de registro das línguas naturais, como oral e escrita.

A tradução pode ocorrer em ambos os registros de modalidade supracitados, a saber, oral e escrito. Nas línguas vocais-auditivas, o suporte será em material digital, impresso e por meio de legendas (que possuem inúmeras especificidades, que não compete a este artigo descrever). Nas línguas gestuais-visuais, o suporte também pode ser por meio de material digital, registrado em mídias, impresso, por meio de glosas ou outro sistema de transcrição e, ainda, por meio de algum sistema específico de escrita das línguas de sinais, como a ELiS¹² e o *Signwriting*¹³.

Ainda, tomando por base a clássica divisão tripartite de Jakobson (1959), a tradução intersemiótica se ocupa das transferências entre sistemas semióticos distintos, independentemente da língua com a qual se esteja trabalhando. Logo, adentra nessa discussão a tradução de imagens em textos e vice-versa (falados, escritos ou sinalizados), para fins educacionais (por meio de estudos de intertextualidade), para fins clínicos (na reabilitação de afasias, transtornos globais do desenvolvimento, autismo e outros) e para fins sociais (estudos de mobilidade urbana e sinalização, publicidade e propaganda, softwares e entretenimento).

Esses múltiplos contextos semióticos podem estar inseridos em um mesmo produto de tradução. De acordo com Baldry e Thibault (2006),

¹² Sistema de escrita alfabética criado pela professora Maria Estelita Barros, da Universidade Federal do Goiás. Em Barros (2008), é descrito que esse sistema toma por base os parâmetros dos sinais apontados por William Stokoe em 1965, além de possuir uma base alfabética e linear.

¹³ De acordo com Stumpf (2005, p. 51), o “(...) *Signwriting* foi inventado há cerca de 30 anos por Valerie Sutton. [...] Sua origem está em um sistema que a autora criou para notar os movimentos da dança. [...] o sistema pode representar línguas de sinais de um modo gráfico esquemático que funciona como um sistema de escrita alfabético, em que as unidades gráficas fundamentais representam unidades gestuais fundamentais, suas propriedades e relações”.

os textos que apresentam essa característica são considerados multimodais e as inúmeras semioses presentes conversam de forma intrínseca e interdependente. Não são inserções aleatórias em algum suporte, mas a ordenação coesa de itens que formam as partes num todo significativo. O frame abaixo mostra um exemplo de situações como essa e que estão cada vez mais presentes no contexto de tradução e interpretação para línguas de sinais.

Figura 1 – Exemplo de texto multimodal



Fonte: Escrita de Sinais *Signwriting*, Legenda (2020). Disponível em: [<https://www.youtube.com/watch?v=2J-Y7EcrGOY>]. Acesso em 2 dez. 2020.

Em termos de língua, estão presentes no registro oral a Língua Portuguesa e a Libras, de modalidades diferentes, uma vocal-auditiva e outra gestual-visual. No registro escrito, o texto legendado em Português e o texto em *Signwriting*. Em termos de linguagem, a música traduzida para Libras extrapola os domínios linguísticos. Ao aspecto linguístico são acrescentados outros elementos associados à visualidade, como a transposição do ritmo para todo o corpo. Ainda no âmbito da linguagem, ao fundo é retratado o evento cantado por meio de cenas (sequências de imagens). A disposição desses elementos no texto visual final precisa estar harmonicamente distribuída, de modo que o leitor se sinta confortável ao assistir. Nesse sentido, o *design* digital não é um mero elemento estético, mas um

componente semiótico fundamental da tradução, sobretudo para línguas de sinais, cujos usuários constroem a realidade por meio da visualidade.

As reflexões até aqui expostas apontam para uma mudança que não se limita a um movimento isolado dentro dos Estudos da Tradução, mas para uma possível reconfiguração da disciplina, não excluindo as viradas e teorizações anteriores, e sim agregando novas discussões que atravessam os conceitos de língua, de escrita, de oralidade, de texto, de modalidade e a complexidade dos sistemas semióticos envolvidos no processo de tradução. Essa complexidade é atribuída, sobretudo, pelo olhar mais holístico que a tradução vem assumindo ao longo das últimas décadas para o público a quem um determinado texto se destina. Daí a iminência de uma Virada Multimodal nos Estudos da Tradução, apresentada em mais detalhes na seção seguinte.

3. Uma “Virada Multimodal” nos Estudos da Tradução?

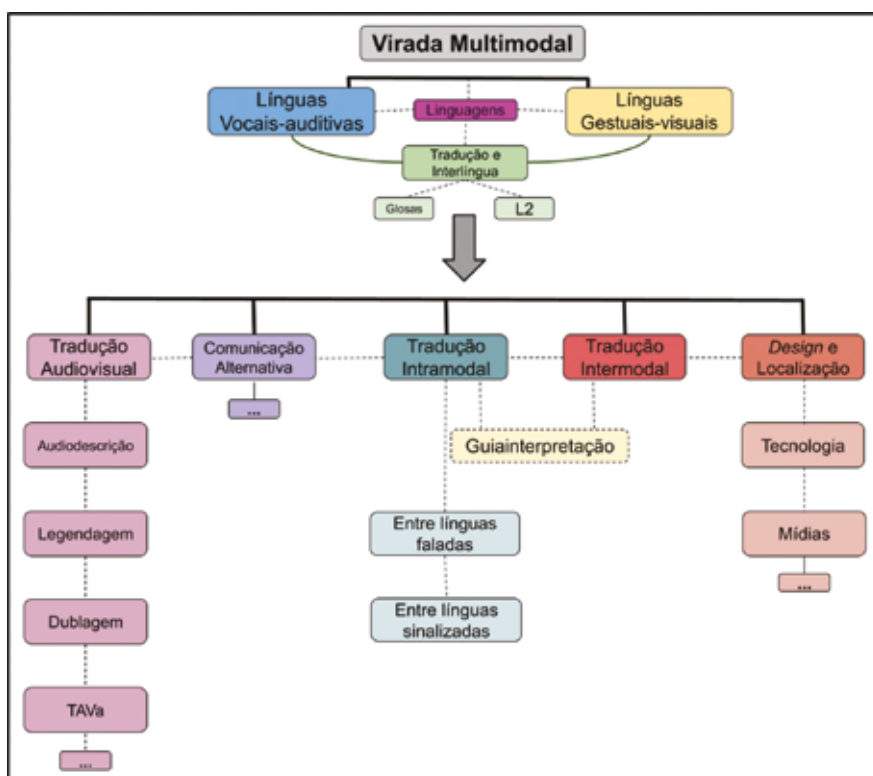
A seção anterior trouxe algumas evidências de diversos caminhos e possibilidades para pesquisa e atuação tanto nos Estudos da Tradução (*stricto sensu*), como também a partir de outras áreas do conhecimento que tenham a tradução como objeto de investigação. Por certo, seu caráter interdisciplinar contribuiu para tais mudanças. É percebido um envolvimento profícuo com as diversas Ciências da Linguagem, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Saúde, Ciências Tecnológicas e, em sentido mais lato, até mesmo áreas como Arquitetura e Design, quando se pensa, por exemplo, em traduzir espaços acessíveis a realidades distintas, como as de pessoas surdas, trazendo aspectos da cultura visual para os espaços arquitetônicos.

Cabe, então, refletir e discutir a respeito da pergunta feita no título desta seção e deste artigo. Estamos diante de uma “Virada Multimodal”? Um passo inicial para formular respostas e outras perguntas é compreender a realidade do homem pós-moderno. Não há saciedade: não basta o texto escrito. Além dele são necessários atributos sinestésicos, como cores, imagens, movimentos, sons. Não há um padrão: há de

ter lugar para o surdo, o ouvinte, o cego, para toda diversidade funcional humana. Os conceitos não se esgotam em si mesmos: é acessível, é direito, é multissemiótico, é multimodal, é multi-infinito.

Essa discussão sugere uma proposta inicial de uma taxonomia da possível “Virada Multimodal”, conforme a Figura 6. Não se quer, com isso, estreitar ou compartimentar a modalidade em gavetas fixas, mas, pelo contrário, indicar o entrelaçamento entre as inúmeras semioses que compõem o paradigma proposto. Desde já, ressalta-se que a distribuição dos elementos no esquema possui relações diretas e indiretas e não estão cercadas nos hemisférios (línguas vocais-auditivas e línguas gestuais-visuais) apresentados. Além disso, o *design* proposto não engloba tudo o que está presente na possível virada, por isso as reticências.

Figura 2 – Sugestão inicial de mapa esquemático da Virada Multimodal.



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A parte superior do esquema compreende o intercambiamento existente entre as línguas naturais, vocais-auditivas ou gestuais-visuais, com as múltiplas linguagens possíveis de serem expressas pelo ser humano, no contexto amplo da tradução. A significativa produção acadêmica *stricto sensu* sobre tradução e interpretação das línguas gestuais-visuais, eventos científicos nacionais e internacionais, publicações em revistas indexadas, linhas e grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a criação de cursos de formação vêm comprovando um grande dinamismo e produtividade de investigações e sua justa afiliação ao grande campo dos Estudos da Tradução, que vêm abrigoando crescentes pesquisas envolvendo multimodalidade, intersemioticidade e intermedialidade (RAJEWSKY, 2012; ELLESTRÖM, 2017; LEITCH, 2017).

Há uma etapa anterior (e até mesmo uma condição estacionária) à condição de ser fluente numa língua adicional, definida por Selinker (1972, p. 35) como interlíngua, que é “um sistema linguístico separado que tem por base o output observável que resulta da produção tentativa de um aprendiz de uma norma linguística meta”¹⁴. Pode parecer uma situação restrita às línguas vocais-auditivas, porém ela é comum também nas línguas visuais-gestuais, visto que boa parte dos surdos tem a língua nacional do seu país como segunda língua.

Essa circunstância traz uma nova realidade para o tradutor do par linguístico Libras-Português: a tradução da Língua Portuguesa como segunda língua para a variante padrão. Pode-se pensar que se trata apenas de uma tradução interlingual no português, porém deve-se atentar para o fato de que, apesar de o léxico utilizado fazer parte do compêndio da Língua Portuguesa, a estrutura sintática é da Libras, o que reflete mais uma transcrição do que uma produção espontânea. Esse recurso é muito utilizado na tradução de roteiros por apresentadores surdos, na tradução

¹⁴ Do original, em inglês: “a separate linguistic system based on the observable output which results from a learner’s attempted production of a target language norm.”

para Libras, tendo como suporte no teleprompter o texto em glosa, sendo, inclusive, uma atividade específica de tradução tabelada pela FEBRAPILS (Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais) (2017)¹⁵.

Na parte inferior do esquema, não fechado, há a disposição de inúmeras modalidades de tradução, com algumas interfaces. Na tradução audiovisual, são elencados os tipos mais comuns: (i) a audiodescrição, que pode ser estática, quando ocorre a tradução de imagens; dinâmica, quando há movimento; simultânea, se durante eventos, entre outros; (ii) a legendagem, que apresenta diversas possibilidades e especificidades, como a LSE, legendagem para surdos e ensurdecidos e (iii) a dublagem, quando há a supressão da língua fonte pela língua meta. Muitos desses exemplos conversam com a chamada TAVa – Tradução Audiovisual Acessível – destrinchada no trabalho de Araújo e Alves (2017). Além disso, destaca-se uma submodalidade da TAVa, a TALS – Tradução Audiovisual das Língua de Sinais – nomenclatura proposta por Nascimento e Nogueira (2019, p.126), oriunda da discussão acerca da janela de Libras, que evidencia muito mais o “locus de apresentação da tradução” e, em contraponto, o termo TALS considera, sobretudo, “a prática tradutória em si”.

Há que se considerar que, pelo fato de línguas vocais-auditivas e gestuais-visuais serem de modalidade diferente, é possível numa mesma mídia haver a co-ocorrência delas. É o que ocorre, por exemplo, nos conteúdos da TV INES¹⁶, nos quais o apresentador utiliza a Libras, a língua fonte e, ao mesmo tempo, há uma locução síncrona do mesmo conteúdo em português, podendo ser classificada como “tradução locutada”.

A Comunicação Alternativa é um possível caminho a ser acrescentado aos Estudos da Tradução, visto seu caráter intersemiótico e interdisciplinar. Por meio dela é possível estabelecer um elo comunicativo com pessoas privadas de se expressar por meio do registro oral e escrito.

¹⁵ Veja em <http://febrapils.org.br/valoresdereferencia/>.

¹⁶ A TV INES é a primeira webtv brasileira a produzir e adaptar conteúdo em Língua Brasileira de Sinais, com legendas e locução em português. Informações em: [<http://tvines.org.br/>]. Acesso em: 2 fev. 2021.

Textos visuais são transformados em textos escritos e vice-versa, seja através de pranchas de comunicação, *templates* específicos, pranchas frasais, entre outros.

Como o próprio nome indica, a tradução intramodal ocorre entre línguas de modalidades iguais e a intermodal entre línguas de modalidades distintas. Um detalhe a ser observado é a guaiinterpretação para pessoas surdocegas. Esse tipo de tradução é definido como intermodal quando a língua fonte é uma língua vocal-auditiva. Será intramodal quando a língua fonte for uma língua gestual-visual. E há que se pensar nos casos em que a língua fonte é uma língua vocal-auditiva, interpretada por um intérprete ouvinte para uma língua gestual-visual e para o público surdo em geral, e o profissional que faz a guaiinterpretação para a pessoa surdocega é um intérprete surdo, que reinterpreta o discurso do intérprete ouvinte, adaptando-o às necessidades e à realidade comunicativa do receptor.

Por fim, as tecnologias digitais da informação e comunicação construíram um ciberespaço no qual a realidade é transferida para o virtual. Com isso, não se pode esperar um padrão comportamental dos usuários ante o layout, responsividade e outros aspectos. Existem sites, por exemplo, em que todo conteúdo é disponibilizado em língua de sinais e o uso de textos escritos é reduzido, pois estes voltam-se para as pessoas surdas usuárias de uma língua de sinais.

Como explicitado, não se pretende encerrar a discussão apresentando um mapa ou uma lista de respostas; pelo contrário, pretendeu-se iniciar um debate que culmine num desenho teórico de uma virada específica dentro dos Estudos da Tradução, a fim de orientar pesquisas, dar suporte prático a tradutores tanto para análise quanto para a prática laboral e produzir conteúdo que contribua para o fortalecimento da disciplina em questão. Além disso, possibilitar novas epistemologias e interdisciplinaridades que atinjam a condição humana, seja ela qual for.

Considerações finais

O presente trabalho buscou apresentar alguns fenômenos contemporâneos que indicam algumas mudanças conceituais, modais e epistêmicas nos Estudos da Tradução, desde eventos que partem do núcleo estrutural da disciplina às interfaces com outros campos do conhecimento. A proposição de uma “Virada Multimodal” não se encerra na apresentação de um texto ou de um esquema, contudo atravessa domínios que agregam valores capazes de reformular espaços cristalizados.

Com as “viradas” se sucedendo nos Estudos da Tradução, assumindo denominações diversas a depender do teórico que delas se ocupa, chegamos ao momento atual, com a proposição neste artigo de uma “Virada Multimodal”. Mesmo antes da “Virada Cultural” nos anos 1980, Snell-Hornby (2006) detecta uma “Virada Pragmática” na linguística, que impulsionou, nos anos 1970, a proposição dos Estudos da Tradução como campo de conhecimento autônomo em relação à linguística e à literatura comparada, por James Holmes. Nos anos 1990, vemos a “virada pós-colonial”, a “Virada Empírica” e a “Virada do Poder”. Nos 2000, vemos a “Virada Sociológica”, a “Virada de Gênero” e a “Virada Tecnológica” (O’HAGAN, 2013). As “viradas” vêm se sucedendo em ritmo mais acelerado, refletindo as imensas mudanças tecnológicas e societais, que se manifestam diretamente nos caminhos que a pesquisa acadêmica na área vem trilhando nos últimos anos. Snell-Hornby (2006) anuncia uma “virada da tradução”, em que a tradução e os Estudos da Tradução poderiam nos ajudar a nos comunicar melhor, um problema que inclusive estaria na origem das guerras. Segundo a autora:

Estendendo o debate para a tradução não-literária e a interpretação, poderíamos enfatizar que os Estudos da Tradução abrem novas perspectivas a partir das quais outras disciplinas — ou mais especificamente o mundo em torno — poderiam se beneficiar. Refere-se não a línguas, objetos ou culturas como tais, mas à comunicação entre culturas, que não consiste meramente na soma de todos os fatores envolvidos. (SNELL-HORNBY, 2006, p. 166, tradução nossa)¹⁷.

¹⁷ Em inglês, no original: “Extending the debate to non-literary translation and interpreting, we could emphasize that Translation Studies open up new perspectives from which other disciplines – or more especially the world around – might well benefit. It is concerned, not with languages, objects, or cultures as such, but with communication across cultures, which does not merely consist of the sum of all factors involved.”

As últimas duas décadas têm sugerido a consolidação de uma virada cujo enfoque esteja na multimodalidade, tal como se observou nas viradas anteriores, que se organizaram em torno de cultura, tecnologia, poder, ideologias e outros eixos. Snell-Hornby (2006) detecta quatro diferentes tipos de textos que dependem de elementos além dos verbais: 1. textos multimídia, transmitidos por mídias técnicas e/ou eletrônicas, que envolvem visão e som (por exemplo, legendas); 2. textos multimodais que envolvem diferentes modos de expressão verbal e não-verbal (por exemplo, teatro e ópera); 3. textos multissemióticos, que usam diferentes sistemas de sinais gráficos, verbais e não-verbais (como histórias em quadinhos, por exemplo) e 4. textos audiomídia, escritos para serem falados (como discursos políticos, por exemplo) (SNELL-HORNBY, 2006, p. 85). Além de todos irem “além do verbal”, apresentam sua gama específica de questões que os identificam e os fazem necessitar de estratégias e modos de tradução diversos. Tal discussão tangencia um debate ainda mais amplo a respeito de terminologias pouco assentadas, tais como “versão”, “adaptação”, “colagem” etc..

Quanto aos tipos de tradução voltados para surdos (tradução de textos escritos para Libras em vídeo ou legendas para surdos e ensurdecidos, por exemplo), cegos (audiodescrição) e surdocegos (várias formas de guia-interpretação), recusamos a adoção de uma “Virada da Acessibilidade”, porque, como analisamos ao nos remetermos a leis nacionais e declarações internacionais, a questão da acessibilidade está intimamente ligada à acessibilidade física e de locomoção, e nossa perspectiva aqui é a da defesa e proteção de direitos linguísticos e ao acesso à educação, informação e cultura, como parte da proteção e defesa dos direitos humanos.

Uma discussão como a que este artigo buscou suscitar não se encerra em seus limites, contudo encoraja mais discussões a respeito dessa proposta e de seus desdobramentos.

REFERÊNCIAS

- ALBRES, N. de A. Tradução intersemiótica de literatura infanto-juvenil: vivências em sala de aula. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 35, n. 2, p. 387-426, out. 2015.
- ALBRES, N. de A. O espaço do tradutor em material bilíngue (vídeolívro): uma análise verbo-visual. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISAS EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E LÍNGUA PORTUGUESA, Florianópolis, SC: UFSC, 12 a 14 de novembro de 2014. *Anais...* Disponível em: [<http://www.congressotils.com.br/anais/anais2014.html>]. Acesso em: 10 dez. 2014.
- ÁLVAREZ, R.; VIDAL, C.-Á. Translating: a Political Act. In: Álvarez, R.; Vidal, C.-Á. *Translation, Power, Subversion*. Clevedon: Multilingual matters, 1996, p. 1-9.
- ARAÚJO, V. L. S.; ALVES, S. F. *Tradução Audiovisual Acessível (TAVA): audiodescrição, janela de libras e legendagem para surdos e ensurdecidos*. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, v. 56, n. 2, p. 305-315, ago. 2017.
- BALDRY, A.; THIBAUT, P. J. *Multimodal Transcription and Text Analysis: a Multimedia Toolkit and Coursebook with Associated On-line Course*. Equinox. London, 2006.
- BASSNETT, S. *Preface to the Third Edition*. In: _____. *Translation Studies*. London/New York: Routledge, 2002.
- BRASIL. Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Lei da Acessibilidade*. Brasília, 2020. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão*. Estatuto da Pessoa Com Deficiência. Brasília, 2020. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- ELLESTRÖM, L. *Midialidade: ensaios sobre comunicação, semiótica e intermedialidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.
- ESCRITA DE SINAIS SIGNWRITING LEGENDA. *Marília Mendonça - Vira Homem – Libras – Música em Libras*. 2020. (3m25s). Disponível em: [<https://www.youtube.com/watch?v=2J-Y7EcrGOY>]. Acesso em: 02 de dez. 2020.
- FERREIRA, J. G. D. *Os intérpretes surdos e o processo interpretativo interlíngue intramodal gestual-visual da ASL para Libras*. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Estudos da Tradução, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – PGET, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- JAKOBSON, R. *On Translation*. Cambridge, Massachusetts: Reuben Arthur Brower, 1959.
- LEITCH, T. (Ed.). *The Oxford Handbook of Adaptation Studies*. Oxford; Oxford University Press, 2017.
- MARTINS, M. do A. P. *O conceito de “virada”*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2020. 8 slides, color. Material produzido pela autora para a disciplina Introdução aos Estudos da Tradução, do curso de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. (Inédito).

MUNDAY, J. *Introducing Translation Studies: Theories e Applications*. 4. ed. London/New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2016. 395 p.

NASCIMENTO, M. V. B. *Interpretação da Língua Brasileira de Sinais a partir do gênero jornalístico televisivo: elementos verbo-visuais na produção de sentidos*. (Dissertação). Programa de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2011.

NASCIMENTO, M. V. B. Gêneros do discurso e verbo-visualidade: dimensões da linguagem para a formação de tradutores/intérpretes de Libras/Português. In: BRAIT, B.; MAGALHÃES, A.nderson (Orgs.) *Dialogismo: teoria e(m) prática*. São Paulo: Terra Cota, 2014.

NASCIMENTO, V.; NOGUEIRA, T. C. Tradução audiovisual e o direito à cultura: o caso da comunidade surda. *PERcursos Linguísticos*, Vitória, v. 9, n. 21, p. 105-132, ago. 2019.

O'HAGAN, M. The Impact of New Technologies on Translation Studies: a Technological Turn? In: MILLÁN, C.; BARTRINA, F. (Eds.) *The Routledge Handbook of Translation Studies*. Abingdon-on-Thames, UK: Routledge, 2013, p. 503-518.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris; Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 AIII) em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: [<https://www.un.org/es/universal-declaration-human-rights/>]. Acesso em: 30 nov. 2020.

PALACIOS, A.; ROMAÑACH, J. *El modelo de la diversidad: la bioética y los derechos humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional*. Madrid: Diversitas. 2006.

QUADROS, R. M. de. *LIBRAS*. São Paulo: Parábola Editorial, 2019. 184 p. (Linguística para o ensino superior).

SEGALA, R. R.; QUADROS, R. M. de. Tradução intermodal, intersemiótica e interlinguística de textos escritos em Português para a Libras oral. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 35, nº especial 2, p. 354-386, jul./dez., 2015.

RAJEWSKY, I O. Intermedialidade, intertextualidade e "remediação": uma perspectiva literária sobre a intermedialidade. Tradução de Thaís F. N. Diniz e Eliana L. de L. Reis. In: DINIZ, T. F. N. (Org.). *Intermedialidade e estudos interartes: desafios da arte contemporânea*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

RODRIGUES, C. H. Competência em tradução e línguas de sinais: a modalidade gestual-visual e suas implicações para uma possível competência tradutória intermodal. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 57, n. 1, p. 287-318, jan- abr. 2018.

RODRIGUES, C. H. Translation and Signed Language: Highlighting the Visual-Gestural Modality. *Cadernos de Tradução*, v. 38, n. 2, p. 294-319, mai-ago, 2018.

RODRIGUES, C. H.; BEER, H. Os estudos da tradução e da interpretação de língua de sinais: novo campo disciplinar emergente?. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 35, n. 2, p. 17-45, jul./dez. 2015.

SELINKER, L. Interlanguage. *International Review of Applied Linguistics in Language Teaching*, Berlin, 1972.

SILVA-REIS, D.; MILTON, J. The history of translation in Brazil through the centuries: in search of a tradition. In: Yves Gambier, Ubaldo Stecconi. *A World Atlas of Translation*. Volume 145

– Benjamins Translation Library, Yves Gambier, Ubaldo Stecconi. John Benjamins Publishing Company, 2019. pp 395-418.

SNELL-HORNBY, M. *The Turns of Translation Studies: New Paradigms or Shifting Viewpoints?*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins B.V., 2006. 221 p.

STUMPF, M. R. Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema Signwriting: línguas de sinais no papel e no computador. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Informática na Educação, Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. 330 p.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994. Disponível em: [<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>]. Acesso em: 30 nov. 2020.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Barcelona, 1996. Disponível em: [<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000104267>]. Acesso em: 30 nov. 2020.

WOLF, M. The sociology of translation and its "activist turn". *Translation and Interpreting Studies*, 2012.